

Panorama - Junho de 2018

O desempenho apresentado pela economia brasileira no primeiro trimestre de 2018, comparado a igual período do ano anterior, foi o melhor desde 2014. O crescimento de 1,2% não é um desempenho invejável, mas estabelece o quarto trimestre seguido com variação positiva.

O que mais chama atenção no desempenho da economia brasileira tem sido a melhora do setor industrial e o retorno do crescimento dos investimentos.

Recentemente o FMI também divulgou projeção para o crescimento da economia mundial de 3,8% para este ano, maior portanto que 2016 e 2017, com destaque para os efeitos da política expansionista dos EUA.

Desempenho da economia do Grande ABC

Apesar de ainda vivermos período de largo desemprego na região, que não apresenta os melhores níveis de desempenho produtivo da sua história recente, os sinais apresentados pela melhora no volume e geração de empregos formais, de fluxo de comércio exterior, de operações financeiras e de investimentos confirmados indicam uma possível retomada da atividade produtiva. Este comportamento foi confirmado pelo cálculo do Índice de Atividade Econômica do Grande ABC (iABC), que traz aperfeiçoamento metodológico nesta edição.

Destaques desta Edição

<i>Panorama Econômico.....</i>	<i>p.02</i>
<i>Movimentação Financeira.....</i>	<i>p.04</i>
<i>Inflação.....</i>	<i>p.06</i>
<i>Mercado de Trabalho.....</i>	<i>p.08</i>
<i>Comércio Exterior.....</i>	<i>p.10</i>
Especial: O Desempenho do PIB do Grande ABC	<i>p.12</i>

Apesar da melhora apresentada pelo crescimento do PIB no primeiro trimestre deste ano, comparativamente aos anos anteriores, a retomada da economia após o ciclo recessivo parece que irá demorar mais do que o previsto, muito além do que o desejável.

A paralisação dos caminhoneiros em maio trará efeitos negativos sobre o volume do PIB no segundo trimestre do ano. Ao que aparenta, as eleições majoritárias de outubro e o cenário político parecem, cada vez mais, acenar para um horizonte de incertezas e deverão refletir na trajetória da economia ao longo deste ano.

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

Panorama Econômico

De acordo com a última edição do Panorama Econômico Mundial publicado pelo FMI em maio passado, a economia mundial continua em lenta retomada da atividade econômica. Segundo a instituição, a economia mundial cresceu 3,8% em 2017. No primeiro trimestre de 2018, China e Estados Unidos cresceram 6,8% e 2,9%, respectivamente, influenciando positivamente as expectativas sobre a expansão mundial. De outro lado, as economias do Japão e da União Europeia cresceram apenas 0,9% e 0,4%. O FMI projeta alta maior, de 3,9% em 2018, puxada em especial pelos Estados Unidos e pela China.

No cenário nacional, após crescimento de 1,2% no primeiro trimestre, ampliaram num primeiro momento as expectativas em relação ao desempenho no segundo e terceiro trimestres de 2018, que sazonalmente tendem a apresentar ritmo mais intenso de atividade econômica. Entretanto, a paralisação dos caminhoneiros no final de maio, somada ao posterior prolongamento de seus efeitos sobre a atividade produtiva mediante a discussão em torno do valor do frete e o impacto nos custos dos setores agropecuário e indústria, tenderá a impor uma desaceleração à trajetória de retomada da atividade econômica no País.

Ao mesmo tempo, o instável cenário político nacional com a aproximação das eleições majoritárias de outubro também tem se refletido no retardamento da recuperação da atividade econômica.

O próprio governo reduziu a estimativa de crescimento da economia brasileira de 3% para 2,5% em 2018 e poderá realizar nova revisão para baixo. Nas últimas quatro semanas o mercado também diminuiu a projeção de desempenho do PIB para 2018 de 2,5% para 1,9%, segundo o relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central.

Um dos reflexos da melhora no nível de atividade econômica é observado na redução do desemprego. No trimestre fev/mar/abr de 2018 a taxa de desocupação registrada no Brasil pela PNAD/IBGE foi de 12,9% da PEA, ante 13,6% da PEA de igual trimestre do ano anterior. Houve, segundo a pesquisa, redução de 635 mil pessoas desempregadas. Entretanto, o lento ritmo de recuperação ainda não se refletiu na ampliação do volume de pessoas contratadas com carteira assinada pelo setor privado, tendo se ampliado o número de ocupados sem carteira assinada, empregados no setor público e atuando como domésticos, autônomos (conta própria) ou empregadores.

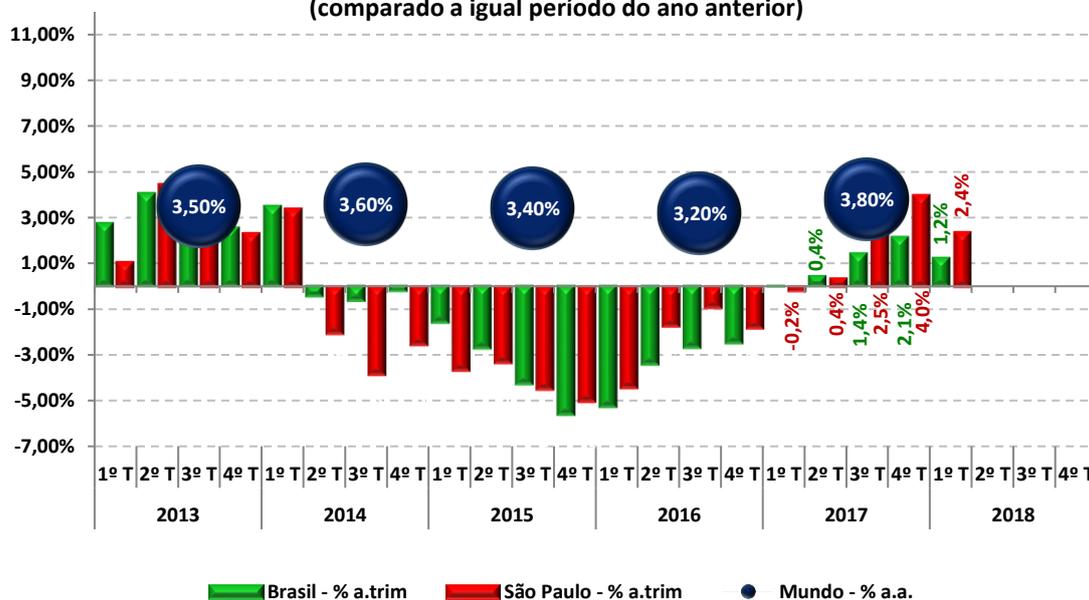
Mediante essa melhora no mercado de trabalho, embora a renda média tenha ficado praticamente estável, em R\$ 2.182 (+0,8%), a massa de renda gerada no mercado de trabalho aumentou em R\$ 4,6 bilhões por mês, 2,5% a mais que em igual período do ano anterior.

A retração da atividade econômica dos últimos anos foi acompanhada pela redução dos níveis de inflação acumulada em 12 meses, que diminuiu de 10,71% em janeiro de 2016 para 3,48% em abril deste ano. Com essa queda, o Banco Central vem reduzindo a meta da taxa básica de juros

da economia (SELIC), que era de 14,25% a.a. em outubro de 2016 para 6,5% em março deste ano, mesmo diante da crise fiscal e da ampliação da necessidade de captação de recursos via dívida pública para financiar o orçamento do governo. Isso resultou no aumento da dívida líquida do setor público. Em abril último a dívida líquida pública somou pouco mais de R\$ 3,4 trilhões (51,9% do PIB).

Nos últimos 12 meses encerrados em abril, o déficit público nominal alcançou R\$ 499 bilhões e o déficit público primário somou R\$ 118 bilhões. Dado o esforço realizado pelo governo para ajustar as contas públicas, os déficits citados foram respectivamente 14% e 18% menores do que em igual período do ano anterior.

Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

Nas últimas semanas, apesar dos fundamentos externos da economia brasileira se mostrarem sólidos - com elevado nível de reservas internacionais, melhora no saldo da balança comercial e no Saldo de Transações Correntes -, a taxa de câmbio apresentou elevada volatilidade. O câmbio superou os R\$ 4,00 nas primeiras semanas de maio, influenciado pela intensa movimentação de capitais mediante a desvalorização das ações da

Petrobrás, redução da perspectiva de crescimento da economia brasileira e pelas incertezas do ambiente político, em ano cujas eleições majoritárias apresentam cenário de indefinição.

Movimentação Financeira

Há um ano a meta da taxa básica de juros (SELIC) estabelecida pelo COPOM era de 11,25% a.a., em trajetória de redução. A SELIC fechou 2017 a 7% a.a., abaixo do previsto pelo mercado no relatório FOCUS de julho de 2017. Atualmente, a taxa básica de juros estabelecida pelo COPOM é de 6,5% a.a. Combinada com inflação acumulada em 2,8% em maio, a taxa de juros real é uma das menores desde 2016. Segundo avaliação do mercado expressa no último relatório FOCUS do Banco Central, a taxa básica de juros deverá fechar o ano em 6,5% em 2018, com projeção de alta para 8% no final de 2019.

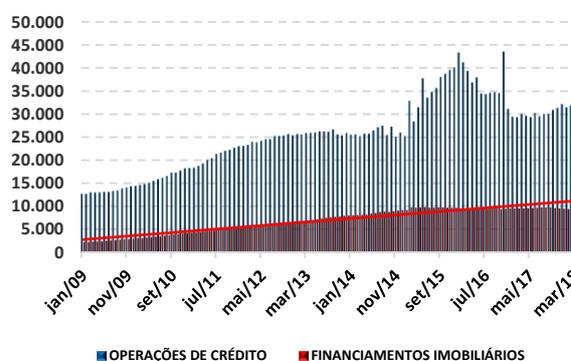
As taxas de juros para pessoas físicas e pessoas jurídicas vêm diminuindo desde o 1º semestre de 2016. Em abril passado, a taxa média de juros para pessoas físicas foi de 56,79% a.a. e para pessoas jurídicas foi de 20,81% a.a. Ainda assim, as taxas se mostram bastante elevadas, em especial quando comparadas às praticas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto a taxa média de juros do crédito para capital de giro às pessoas jurídicas foi de 17% a.a. em abril passado, as taxas de juros do cheque especial e do cartão de crédito (rotativo) para pessoas físicas foram de 320% ao ano e de 331% ao ano, respectivamente.

Operações de Crédito

No Grande ABC, nos últimos 12 meses encerrados em março deste ano, o volume de operações de crédito diminuiu aproximadamente 10%. Entretanto, dada a trajetória de ascensão do crédito iniciada no início do ano passado, no primeiro

trimestre deste ano houve ampliação de 8,3% nas operações de crédito comparado a igual período do ano passado, somando R\$ 33 bilhões. Cabe destacar, no entanto, que as operações de financiamento imobiliário diminuíram 1,9% na mesma comparação

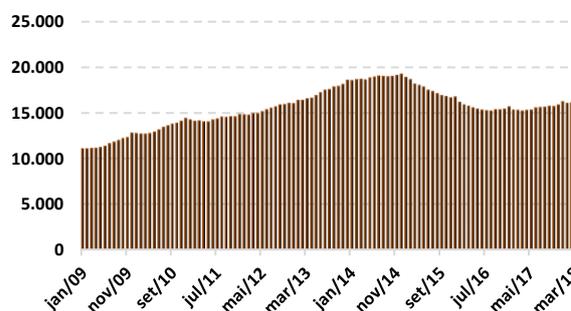
Operações de Crédito no Grande ABC
(milhões de R\$ de mar/2018 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Na outra ponta, o ABC paulista registrou ampliação do volume de depósitos em poupança em 2,67% nos últimos 12 meses encerrados em março e de 5,7% no primeiro semestre deste ano.

Depósito em Poupança no Grande ABC
(milhões de R\$ de mar/2018 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Comércio

No cenário nacional, em parte explicado pela melhora no volume de concessão de crédito às pessoas físicas, bem como pela estabilização no aumento da massa de renda na economia, o nível de atividade comercial apresenta trajetória de alta.

Nos últimos 12 meses encerrados em abril, a atividade comercial aumentou 3,7%, invertendo a trajetória apresentada nos 12 meses antecedente ao período. No primeiro quadrimestre de 2018 a ampliação no volume de atividade comercial foi de 3,3%. No Estado de São Paulo, nos últimos 12 meses encerrados em abril, a ampliação da atividade comercial foi de 3,3%, ao passo que no primeiro quadrimestre deste ano foi 2,6%.

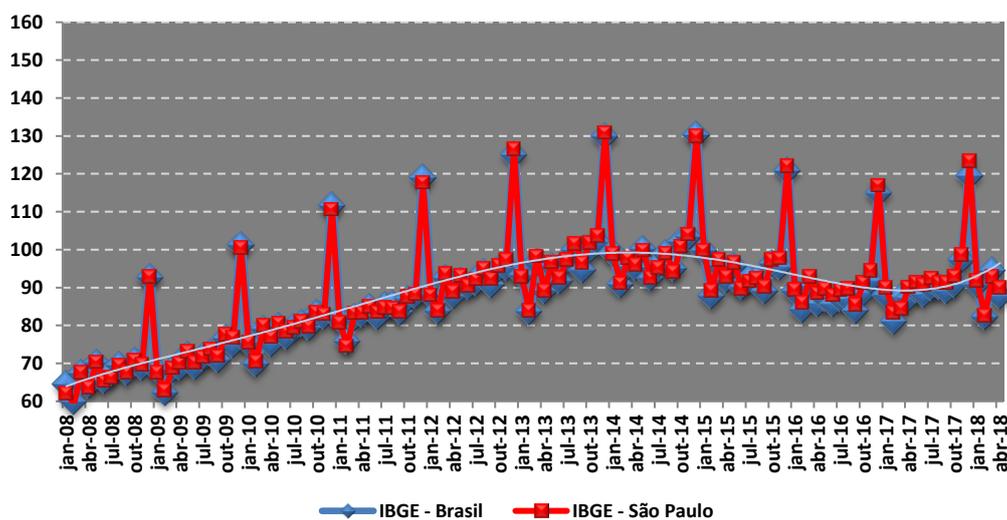
A melhora na atividade comercial foi acompanhada da ampliação do volume de produção

física, que apresentou aumento de 7,4%. Somente a indústria de transformação ampliou em 9,1% o volume de produção física nos últimos 12 meses.

No Estado de São Paulo, a produção física aumentou 8% nos 12 meses encerrados em abril. Assim como o indicador de atividade comercial, os indicadores de produção industrial também sugerem retomada do nível de atividade econômica, já sinalizada pelo crescimento de 1,2% do PIB do primeiro trimestre do ano.

Segundo avaliação do SERASA EXPERIAN, entre os segmentos que registraram maior ampliação da atividade comercial no primeiro trimestre deste ano estão móveis e utilitários domésticos, seguidos de tecidos, vestuário e calçados.

Atividade Comercial
(média de 2014 = 100)



Fonte: IBGE

Inflação

Nos últimos 12 meses, a inflação acumulada esteve abaixo do limite inferior da política de metas do governo, que é de 3% a.a. Em maio a inflação medida pela IPCA/IBGE acumulou 2,85% no ano.

Após rápida redução entre janeiro de 2016 e junho de 2017, a inflação manteve-se estável no último ano, em torno de 2,76% a.a.

Segundo expectativa do mercado publicada no relatório FOCUS do Banco Central da segunda semana de junho, a inflação deverá fechar 2018 um pouco acima, com variação de 3,8% - ainda assim abaixo do centro da meta, que é de 4,5%.

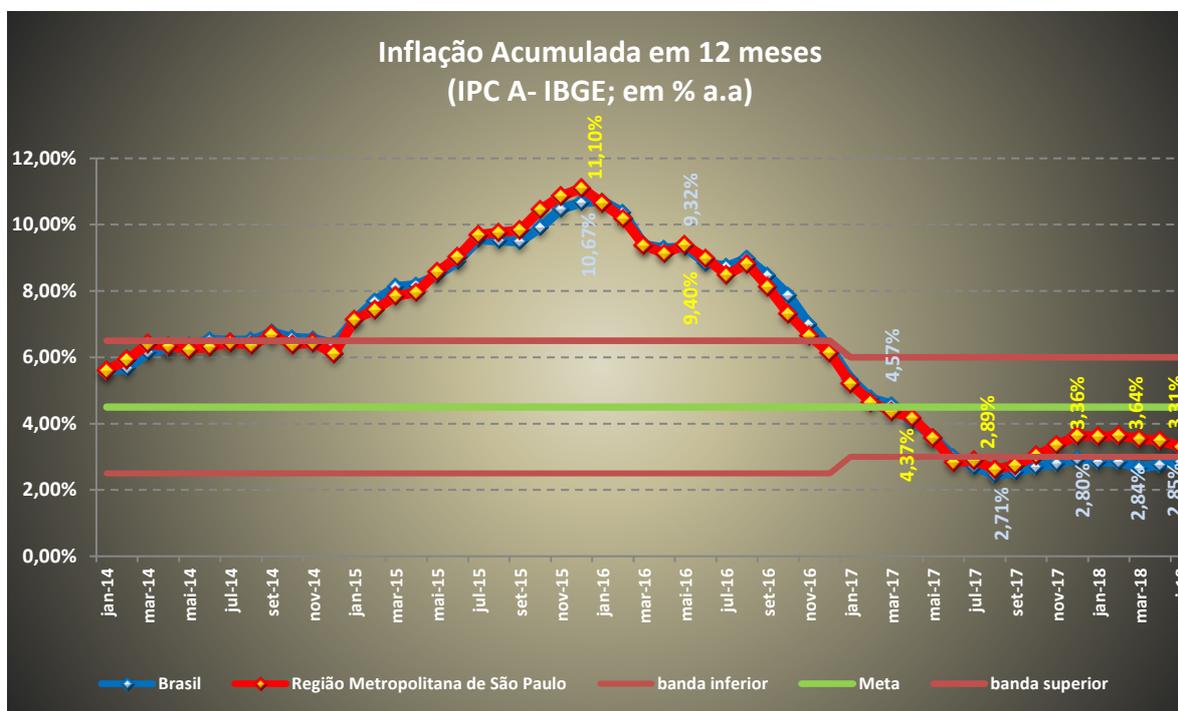
Em boa medida, a retração da inflação após o realinhamento dos preços administrados em 2015 foi influenciada pela própria retração da atividade econômica brasileira, que somente agora em 2018 apresenta sinais mais claros de reaquecimento. Além disso, a inflação deverá ser afetada neste ano pela valorização do dólar, do petróleo, bem como pela política de reajuste dos combustíveis e pelos efeitos de oferta que ainda estão sendo gerados em função da paralisação dos caminhoneiros.

Diante da trajetória de redução dos níveis de inflação, o COPOM também imprimiu ritmo de diminuição das metas para a taxa básica de juros (SELIC). Desde o final de 2015, a SELIC diminuiu de 14,25% a.a. para 6,5% a.a.

Entretanto, dada a perspectiva de aumento da inflação para 2018 e 2019, de acordo as próprias estimativas do Banco Central, há possibilidade de a meta colocada para a SELIC elevar-se no segundo semestre de 2018. Perspectiva esta também pressionada pela recente valorização do dólar nas últimas semanas e que levou o Banco Central a injetar mais de US\$ 30 bilhões em contratos de swaps cambial para acalmar o mercado.

Outro fator que tende a influenciar a trajetória da política monetária diz respeito às expectativas geradas em torno do ambiente político eleitoral. Pesquisas têm indicado indefinição mais acentuada do cenário eleitoral quando comparada às eleições majoritárias anteriores, o que tende a trazer mais expectativas e incertezas, que funcionam como combustíveis para comportamentos desestabilizantes do mercado financeiro. Isso poderá vir a pressionar pela ampliação da taxa de remuneração dos títulos públicos.

Por todos estes motivos, tenderemos a ter uma ampliação da ortodoxia monetária nos próximos meses. As implicações regionais destas alterações derivam dos mesmos canais de transmissão dos efeitos da política monetária, sentidos em especial no mercado de crédito por meio de alteração da disponibilidade e da taxa real de juros aos tomadores, bem como via alteração do poder de compra da moeda.



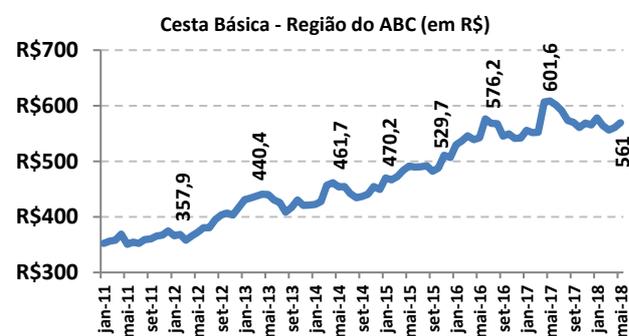
Região Metropolitana

Na Região Metropolitana de São Paulo, a inflação acumulada em 12 meses pelo IPCA foi de 3,31% em maio, acima da inflação nacional. Assim como no plano nacional, os grupos que apresentaram as maiores elevações de preço foram transporte, saúde, educação e habitação.

O item transporte foi o que registrou a maior mudança de comportamento nos últimos 12 meses encerrados em maio de 2018, comparado a igual período encerrado em maio de 2017. A inflação anual do setor de transportes aumentou de 1,84% no ano para 6,54% no ano.

No Grande ABC, depois de ter atingido valor de R\$ 608 em maio de 2017, a cesta básica fechou em R\$ 569 em maio deste ano. Contribuíram para essa redução os preços dos alimentos na Região Metropolitana de São Paulo, que nos últimos 12

meses registraram queda de 1,46%, segundo do IPCA/IBGE. Queda essa que ocorreu muito mais em função da alteração no volume de oferta de alguns bens, diminuindo a pressão sobre preços, do que pela redução dos custos relacionados à atividade produtiva.



Mercado de trabalho no ABC

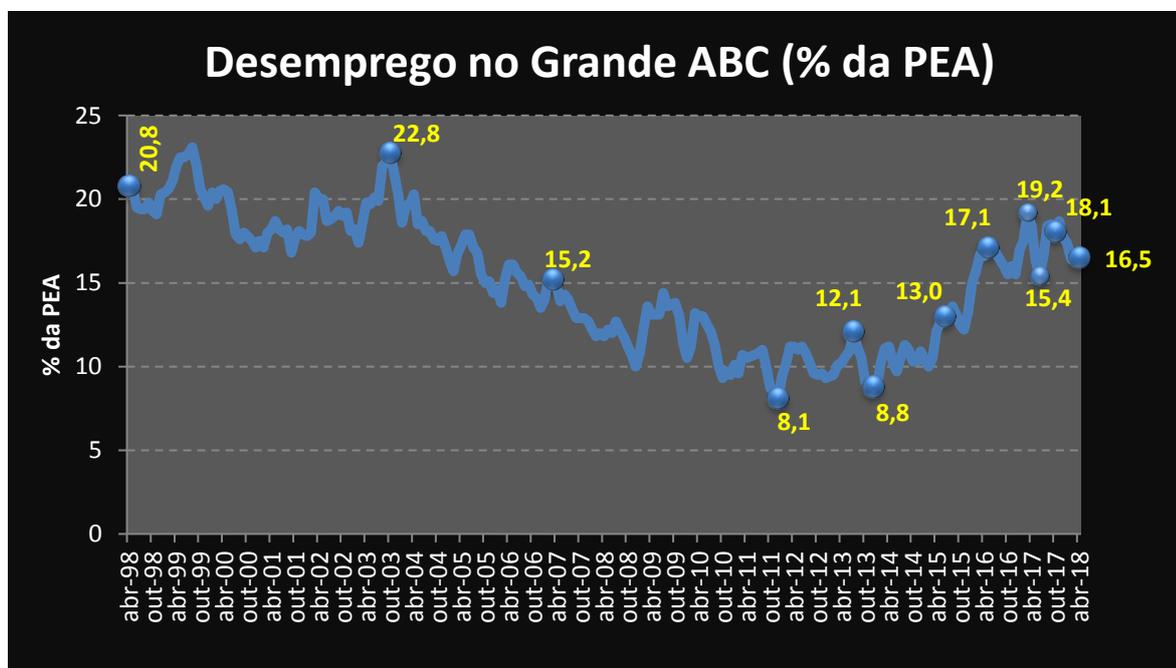
Em abril a taxa de desemprego registrada pelo SEADE no Grande ABC foi de 16,5% da PEA, abaixo dos 18,4% em abril de 2017. Nos últimos meses não há evidências sólidas de redução do nível de desemprego na região, tendo em vista a flutuação apresentada no período. Em 20 anos de mensuração da taxa de desemprego regional, os últimos 24 meses registram média de desemprego em torno de 17% da PEA, a maior para os últimos 13 anos.

Apesar da melhora no saldo de geração de empregos formais no ABC paulista, que voltou a ser

positivo em 2018, o que não ocorria desde 2013, a melhora nos indicadores da taxa de desocupação (desemprego) é mais lenta. A taxa de desemprego comporta empregos informais, autônomos, os que trabalham por conta própria e os empregadores, bem como é afetada pela transição entre estas formas de ocupação.

A variação da massa de renda no mercado de trabalho local deixou de ser divulgada pelo SEADE devido ao fim do convênio com o Consórcio Intermunicipal do ABC no início deste ano.

Segundo informações do CAGED e RAIS do Ministério do Trabalho, a massa de renda dos trabalhadores formais do Grande ABC somou R\$ 2,1 bilhão em abril deste ano.



Fonte: SEADE / DIEESE

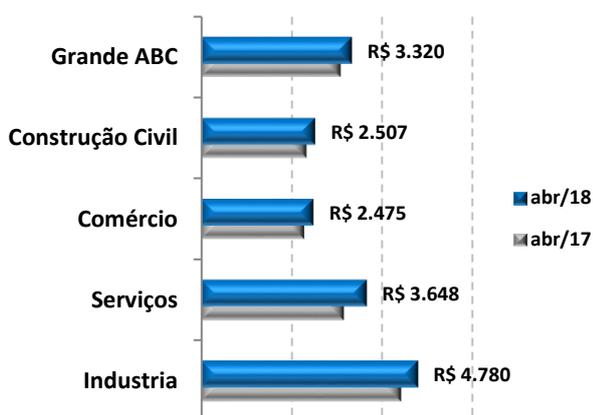
Segundo dados da PNAD/IBGE para o País, embora a taxa de desemprego tenha caído no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2017, o número de ocupados com carteira assinada no Brasil diminuiu, assim como a massa de renda.

Até maio deste ano o Grande ABC registrou acréscimo de 5.754 empregos formais, contra perda de mais de 3.600 no mesmo período do ano passado. Esta melhora foi puxada especialmente pelos segmentos da indústria de transformação e de serviços.

Não obstante, nunca é demais lembrar que entre 2014 e 2017 a região perdeu cerca de 89 mil empregos formais, sendo mais de 57 mil na indústria de transformação.

Ainda assim, a renda média no setor industrial é bastante superior à média do rendimento da região, superando todos os demais setores.

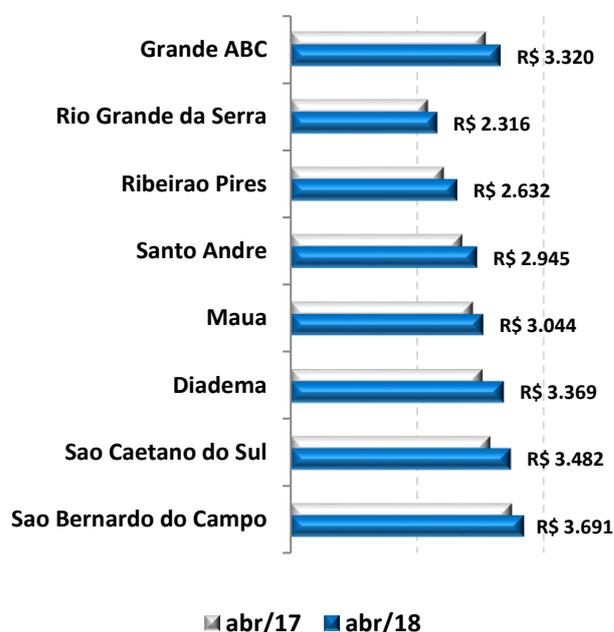
Renda do Emprego Formal por Setor Grande ABC - abril de 2018



Fonte: RAIS/CAGED – MTE, deflacionados pelo IPCA.

Quando comparado entre os sete municípios do ABC paulista, a renda média proveniente do mercado formal de trabalho se mostra maior em cidades com marcante presença do segmento industrial, como São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Renda do Emprego Formal por Município - abril de 2018



Fonte: RAIS/CAGED – MTE, deflacionados pelo IPCA.

Apesar dos desafios que envolvem o mercado de trabalho do Grande ABC, após a expressiva desaceleração apresentada e que envolve desafios para a política pública de fomento à atividade econômica, é importante notar que os municípios com maior renda média para o trabalho formal são os que apresentam maior desempenho exportador.

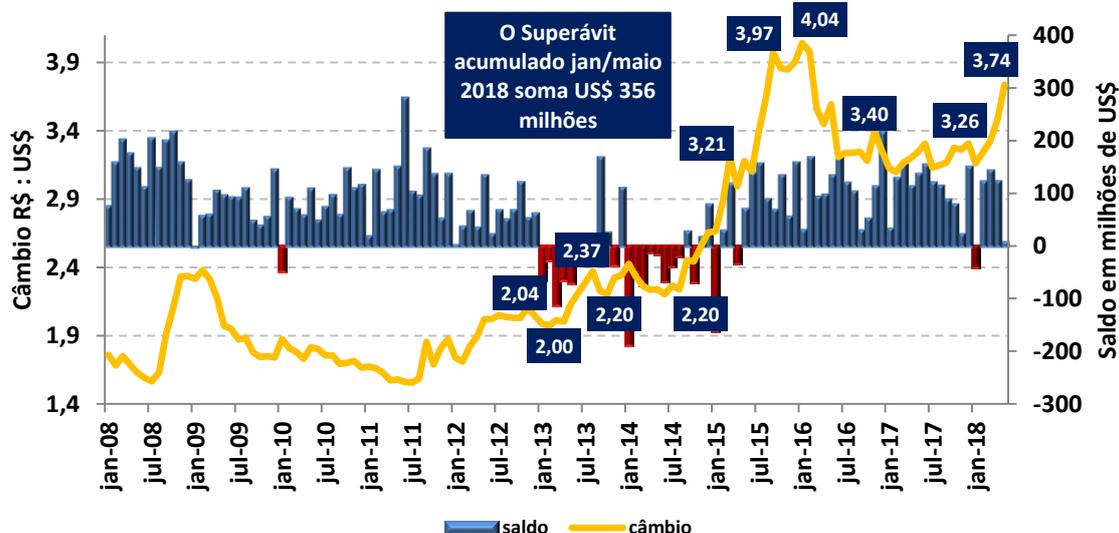
Comércio Exterior

Nos primeiros cinco meses deste ano a balança comercial da região registrou superávit de US\$ 356 milhões, 37% menor do que em igual período do ano passado. Após dois anos de elevação, o saldo comercial voltou a registrar queda. A queda foi resultado de aumento de 14,4% no volume de exportações, que somaram US\$ 235 bilhões, frente ao maior crescimento (de 33%) das importações, que registraram US\$ 199 bilhões.

Mesmo com corrente de comércio exterior em crescimento, 22% maior que em igual período de

2017, maio registrou redução no fluxo comercial internacional na região após 14 meses em ascensão. Um dos fatores explicativos para tal comportamento de redução do saldo comercial pode estar na trajetória de valorização do dólar desde julho de 2017, com pequeno reverso em janeiro e fevereiro deste ano. Certamente as recentes alterações da taxa de câmbio, que nas últimas semanas chegou próximo dos R\$ 4,00 por dólar, refletirão de forma negativa sobre os resultados da balança comercial dos próximos meses.

Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$



Fonte: MDIC

Se de um lado a ampliação das exportações demonstra igual ampliação do mercado externo, que se constitui em um dos mecanismos a estimular o setor produtivo, de outro lado, o aumento das importações aponta para o comportamento

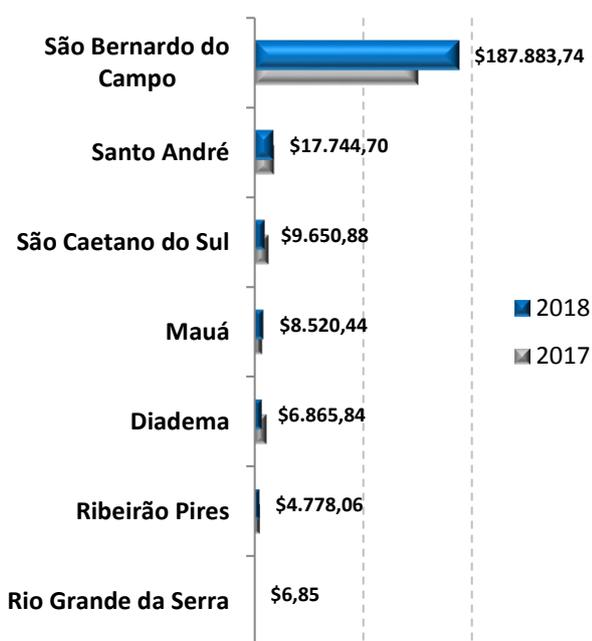
importador de insumos industriais do setor produtivo regional, já apontado anteriormente no Boletim EconomiABC. Comportamento este aquecido pela conjuntura das exportações, que movimentam a produção e a demanda por insumos, e pelos efeitos estruturais causados por políticas cambiais e de

comércio exterior que ampliaram a competição de insumos industriais no mercado nacional.

Nos últimos dois anos o setor automobilístico destacou-se não só no mercado interno, mas também no plano externo. Empresas do setor instaladas no ABC constituem-se nos maiores exportadores locais. Esta característica se reflete na distribuição das exportações por município.

Estes eventos, juntamente com as expectativas em torno da trajetória da política econômica para os próximos anos, atreladas às incertezas do pleito eleitoral que se aproxima, poderão desacelerar o movimento de retomada da atividade econômica do País.

Exportações por Município mil US\$ dólares



Fonte: MDIC

Diante da redução observada no saldo da balança comercial nos primeiros meses de 2018, devemos ficar ainda mais alertas quanto aos efeitos dos eventos recentes, como a greve dos caminhoneiros e a recente valorização do dólar, sobre o resultado comercial dos próximos meses.

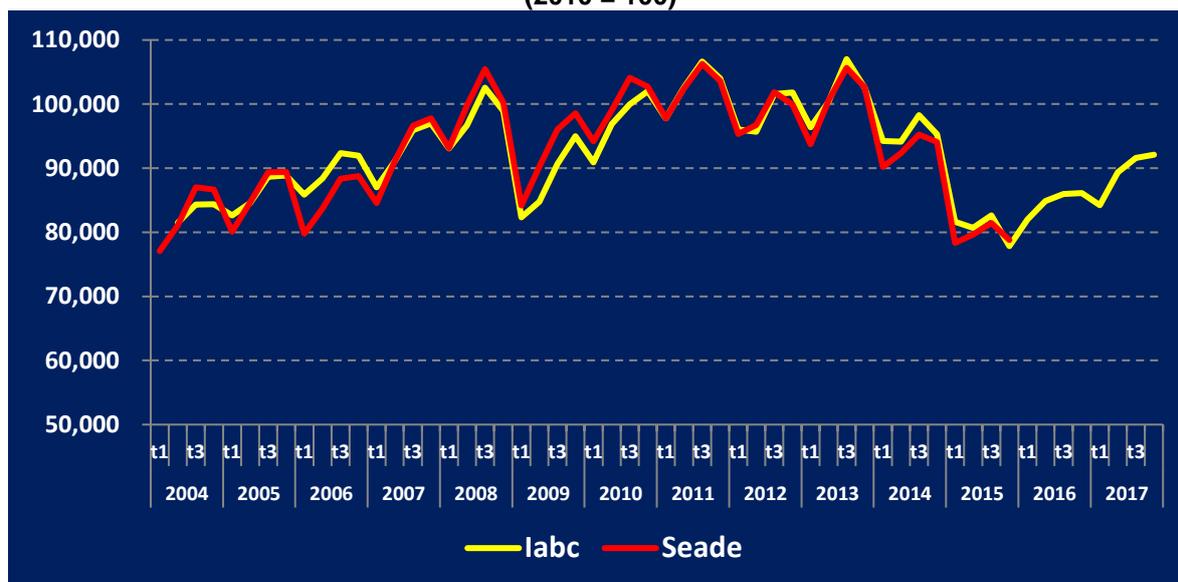
Especial: O desempenho do PIB do Grande ABC

Segundo dados do SEADE, em 2014 e 2015 a economia do Grande ABC regrediu 6% e 14,4%, respectivamente. Nesse mesmo período, o PIB do Brasil foi de +0,5% e -3,77%. A economia da região começou a regredir em 2014 sob efeito da crise

cambial da Argentina, com evidente reflexo sobre o setor industrial da região. Em 2015, diante da recessão que abateu País, a economia do Grande ABC recuou pouco mais de 14%.

Com objetivo de ampliar a precisão do Índice de Atividade Econômica do ABC (iABC), realizamos uma atualização metodológica que inclui inserção de novas variáveis explicativas no modelo.

PIB do Grande ABC/iABC
(2010 = 100)



Fonte: SEADE / Observatório Econômico - UESP

Entre as variáveis incluídas no modelo estão a arrecadação do ICMS nos municípios locais. Embora não traduza a exata soma de valor adicionado gerado na região, a arrecadação deste tributo é uma importante *proxy* (ferramenta) para análise da atividade econômica, mesmo com os

efeitos do expediente da substituição tributária quando se detalha a arrecadação por município.

Outra variável que passou a incorporar o modelo foi o consumo de energia elétrica pela indústria, por município. Esse consumo reflete o nível de atividade produtiva do setor industrial, importante

setor da economia regional, capaz de induzir as atividades de outros segmentos da economia local.

Além destes, permanecem na composição do modelo informações sobre mercado de trabalho, movimentação financeira regional e fluxos de exportação e importação.

A tabela abaixo apresenta os dados oficiais do crescimento do PIB do Grande ABC, apurado e divulgado pelo SEADE, e a estimativa calculada pelo indicador iABC do Observatório Econômico da Universidade Metodista de São Paulo.

Crescimento Econômico do GABC		
	SEADE	iABC
2012	-3,96%	-3,86%
2013	2,21%	2,85%
2014	-7,62%	-6,00%
2015	-14,42%	-15,48%
2016	-	4,9%
2017	-	5,4%

Fonte: SEADE / Observatório Econômico - UESP

Diferentemente da trajetória da economia brasileira e paulista, o indicador iABC aponta que a economia do Grande ABC cresceu 4,9% e 5,4% em 2016 e 2017, após forte retração em 2015. É importante ressaltar que, após a queda de mais de 20,5% no biênio 2014-2015, a economia regional passou a apresentar uma base de comparação significativamente menor para avaliar o desempenho de 2016 e 2017.

O gráfico da página anterior aponta que, no final de 2017, o PIB da região deve ser equivalente ao apresentado no final de 2014. Mas ainda distante do pico observado no segundo semestre de 2013.

Em 2017 a região registrou o maior volume de investimentos confirmados, segundo informações divulgadas pelo SEADE.

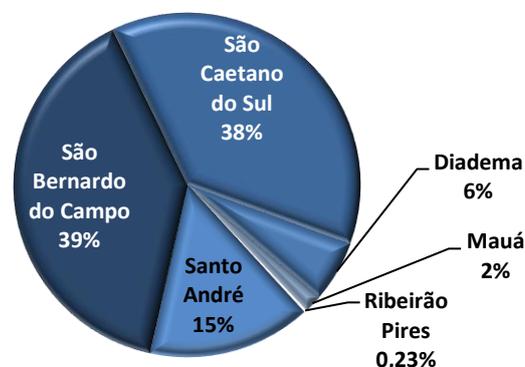
Investimentos Confirmados
(US\$ milhões)



Fonte: SEADE

Do total de US\$ 5,03 bilhões de investimentos confirmados, mais de 90% estão atrelados ao setor automotivo. Pela distribuição regional dos investimentos confirmados entre 2012 e 2017, mais de 75% concentraram-se em apenas dois municípios: São Bernardo e São Caetano.

Distribuição dos investimentos confirmados entre 2012- 2017 no GABC



Fonte SEADE

A melhora indicada pelo indicador iABC, e em especial a melhora dos níveis de investimentos, as duas também captadas pelo indicador de intenção de investimentos da Sondagem Industrial da FIESP/CNI para a região, sinalizam uma perspectiva positiva na dinâmica da economia local.

Universidade Metodista de São Paulo

Escola de Gestão e Direito

Curso de Ciências Econômicas

Observatório Econômico

Reitor

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

Diretor da Escola de Gestão e Direito

Dra. Alessandra Maria Sabatine Zambone

Coordenadora do Curso de Ciências

Econômicas.

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

Coordenador de Estudos do Observatório

Econômico

Me. Sandro Renato Maskio

Professor Pesquisador

Dr. Moisés Pais dos Santos

Alunos Pesquisadores

Anderson Thiago dos Santos, Angelo Cesar Gasino

Peçatti , Thiago Farias Soares



A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.

Patrocine esta iniciativa!

E-mail: observatorio.economico@metodista.br

Tel: 4366-5035

[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)